



**boletim#2**  
**textos**  
**de contributo**

**II CONFERÊNCIA NACIONAL  
DO BLOCO DE ESQUERDA**

# Organização estudantil: de onde partimos?

JOÃO MINEIRO

Da forma como um partido se organiza depende em grande medida a sua força e capacidade transformadora. Um partido pode ter ideias claras, pode compreender o pulsar da relação de forças, pode ter programa sólido para a transformação da sociedade, mas se não tiver capacidade de organizar milhares de pessoas, de estar enraizado onde as lutas acontecem e nas que estão por construir, então não será mais que um partido marginal. Foi esse o projeto que tínhamos quando criámos a organização de estudantes do Bloco: ter um setor de militantes organizado em torno da intervenção ativista e estudantil com capacidade de chegar a milhares de pessoas e de influenciar de forma decisiva o movimento estudantil. Três anos depois da criação do setor estudantil, importa lançar o debate em torno dos desafios que enfrentamos.

## **1. A nossa influência ativista alargou-se, mas está longe de ser satisfatória**

O setor estudantil é hoje o único núcleo setorial do Bloco realmente existente. É o único que organiza conferências nacionais com votação de moções estratégicas e eleição de órgãos próprios e uma estrutura de coordenação nacional. Na verdade, quando criámos o setor estudantil havia um compromisso coletivo do Bloco criar espaços de organização ativista (núcleos setoriais, grupos de trabalho, grupos de iniciativa...) para organização de militantes. Hoje é esse também o desafio desta conferência. No caso do setor estudantil a nossa influência ativista alargou-se: temos ativistas em seis associações de estudantes (FLUP, ISCTE, Teatro e Cinema, FCUL, FML e Secundária da Feira), quatro coletivos estudantis (UM, NovaSBE, FCSH, Artigo 74º), Conselhos Gerais (ISCTE e ESTC), pedagógicos (ISCTE, ESTC e FLUP) núcleos e comissões de estudantes (ISCTE, UTAD, FEUP, FCUP) e outros órgãos como Conselhos de Acção Social ou Mesas de RGA (ESTC, ISCTE e ICBAS). Nestes locais e noutros onde intervimos os ativistas estudantis do Bloco são decisivos e imprescindíveis. Organizam gente em torno do que afeta a vida, disputam a luta política diariamente, constroem as condições subjetivas para as lutas de massas emancipatórias. Mas esta intervenção, fruto da estruturação deste setor ativista, é ainda insatisfatória para levantar um movimento estudantil que continua moribundo. Quem quer construir um partido de massas e com capacidade transformadora não pode fazer outra escolha: mesmo em momentos de refluxo do movimento, o partido deve estar organizado para intervir onde diariamente as pessoas sentem a dureza do capitalismo e da austeridade. Foi esse caminho começamos e continua a ser esse o nosso maior desafio.

## **2. Afirmámos o Bloco, mas enfrentamos desafios imensos**

O setor estudantil com a capacidade militante de dezenas de estudantes, para além da luta estudantil, tem conseguido organizar duas grandes iniciativas por ano: o inconformação e o acampamento de jovens. Nesse espaço vimos crescer uma nova geração de militantes bloquistas com imensa capacidade política e organizativa. O Bloco teve mais força sempre que juntou mais gente, mais estudantes, mais jovens. Foi nesse espírito que os nossos ativistas levaram para as universidades e para as escolas secundárias panfletos, debates e iniciativas culturais. Mas estamos longe de estar satisfeitos. Hoje temos pouca presença nas zonas fora dos grandes centros urbanos, temos tido dificuldade de chegar aos estudantes do secundário, temos sido incapazes de alargar as nossas iniciativas e de fazer chegar as ideias do Bloco onde elas ainda não chegaram para além da televisão e da internet. Esses desafios ditarão o futuro do Bloco, do movimento estudantil e também da sociedade portuguesa. Quem quer ser decisivo é assim mesmo: enfrenta todos os desafios com a generosidade militante, com solidariedade coletiva e com o coração numa esquerda que não ambiciona menos que virar o mundo ao contrário.

# Mais solidariedade e ação na defesa dos salários e do emprego com direitos

JOSÉ CASIMIRO  
FRANCISCO ALVES  
DEOLINDA MARTIN  
ANA FEIJÃO  
NUNO ALVES  
MANUEL GRILO

A centralidade do trabalho é a força motora de qualquer partido da esquerda. Aprofundar a influência social e laboral é uma condição fundamental para o enraizamento e alargamento do Bloco de Esquerda no mundo do trabalho enquanto partido de massas.

Essa tarefa de implementação está atrasada ao nível do trabalho, do movimento sindical, das comissões de trabalhadores (CT), e nas empresas e sectores. É necessário redobrar esforços, principalmente neste momento em que a pressão sobre os trabalhadoras e trabalhadores dos setores público e do privado se agudizam e aprofundam, e tendo em conta ainda o elevado nível de desemprego e precariedade, fatores que, como sabemos, conduzem à redução acentuada dos salários e à limitação e/ou bloqueio no exercício dos direitos fundamentais, em especial dos direitos laborais.

Para travar esta contínua transferência de riqueza do trabalho para o capital é necessária a reorganização de todos os trabalhadoras e trabalhadores. Só assim se impedirá o avanço deste autêntico “rolo compressor” sobre os seus direitos. É necessário defender salários e emprego, mas também a sistemática destruição do Estado Social e da Administração, sobretudo nos domínios da escola pública, do Serviço Nacional de Saúde e da Segurança Social.

Consideramos que o Bloco, através da **Coordenadora Nacional de Trabalho** (CNT) articulada com as diversas distritais e concelhias, e com os grupos parlamentares, nacional e europeu, deverá afirmar uma rede social de influência que permita aos nossos aderentes atuar em setores e empresas, organizando e intervindo, construindo solidariedades e trabalho de base organizado, alargando assim a nossa participação nas lutas presentes e nas que se anunciam.

O Bloco está já hoje presente no movimento sindical e social com ativistas em múltiplos sindicatos, CT's, nos movimentos sociais de trabalhadores precários e desempregados. O aumento de núcleos de intervenção laboral é todavia uma prioridade, mas só poderá ser levada a bom porto com um aprofundamento do trabalho com todos os aderentes, nos sindicatos, nas CT e sub-CT, nas diversas empresas e setores.

Entendemos que o Bloco deverá promover e acompanhar, através da CNT, com o envolvimento das distritais, a criação de grupos de trabalho e reuniões descentralizadas sobre questões laborais, dando nesta medida, uma dimensão distrital à nossa intervenção no mundo do trabalho. As possibilidades de trabalho neste domínio no futuro próximo são bastante amplas, quer nas empresas quer na Administração Pública, em especial nas áreas dos transportes públicos, da saúde e da escola pública, no setor privado automóvel, mas também no âmbito dos precários e dos desempregados. À escala Europeia, deverá aprofundar-se a participação dos bloquistas junto do grupo de sindicalistas do Partido da Esquerda Europeia e nas ações promovidas pela Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

Finalmente, entendemos que é necessário ajudar a construir o debate estratégico sobre matérias estruturantes do mundo laboral e sobre questões sociais, através de iniciativas temáticas promovidas pela CNT e alargadas à sociedade civil, contribuindo assim para a definição das propostas legislativa/parlamentares, e para reforçar a ação social nas empresas e setores.

# A recusa da marginalidade

## PARTE I Interior

ANTÓNIO RICARDO  
BRUNO ANDRADE  
CARLOS COUTO  
CARLOS GOMES  
CARLOS VIEIRA  
CARMO BICA  
ISABEL ALMEIDA  
JOÃO CORONO  
JOÃO SANTOS  
MANUELA ANTUNES  
MARCO LOUREIRO  
MARCO MENDONÇA  
MARIA ANTÓNIA FRIA  
MARIA GRAÇA PINTO  
NUNO LOBO  
PEDRO SOARES  
RUI CORTE  
SOFIA MARTINS  
TIAGO FRIAS  
VALDEMAR FERREIRA

A estreita faixa de território que constitui o território continental português produziu ao longo das últimas décadas uma das maiores desigualdades geográficas e socioeconómicas da União Europeia. A divergência entre o litoral e o interior, entre as grandes áreas metropolitanas e o resto do país, tem vindo a agravar-se e tende a agudizar-se com as políticas de encerramento sucessivo de serviços públicos, com particular incidência no interior, e de concentração do investimento nos grandes eixos metropolitanos.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos a 2011, indicam que, dos 308 municípios, apenas 36, sobretudo municípios das áreas metropolitanas e algumas capitais de distrito, apresentavam valores do índice do poder de compra (IpC) acima da média nacional. Os 35 municípios que integram as duas áreas metropolitanas concentravam 52% do poder de compra nacional.

O que tem estado a acontecer é o empobrecimento do interior, através de uma verdadeira sangria de recursos e, sobretudo, de gente do interior para as maiores concentrações urbanas do litoral. Nos últimos anos da crise, uma crescente onda de emigração para o estrangeiro agravou este quadro. São precisamente os que, pelo seu capital escolar, cultural e até económico, mais necessários seriam para combater o despovoamento e a espiral depressiva, que acabam por ir alimentar o crescimento das áreas mais ricas e desenvolvidas, em Portugal ou no estrangeiro.

Esta transferência líquida de recursos está a aprofundar o despovoamento dos territórios do interior, agravado por uma crise prolongada do setor agrícola que aumenta a tendência para abandono dos campos e para a concentração populacional no litoral e nalgumas cidades médias, mas, principalmente, nas já densamente povoadas áreas metropolitanas.

Trata-se de um processo de evidente empobrecimento dos territórios e das populações do interior, muito anterior à crise que o país vive atualmente, e que tem vindo a romper os equilíbrios ambientais, sociodemográficos e económicos historicamente sedimentados. A perda de importância económica e populacional conduz à marginalidade política e eleitoral, com o consequente desinteresse por parte do poder central relativamente a estas áreas. O capital aposta na concentração dos mercados e onde o poder de compra é mais elevado.

Está criado um autêntico círculo vicioso entre marginalidade, despovoamento e abandono, que conduz o interior para o subdesenvolvimento e a pobreza. Isto significa níveis de exploração e de sofrimento destas populações mais graves do que os que são observados no resto do país e mesmo da União Europeia. A rutura com este círculo vicioso tem de ser determinado pela política.

# Acabar com o faz que faz e não mexe

HELENA CARMO

Desde o século XIX que as organizações políticas de esquerda procuram responder às necessidades do Homem e da Mulher em sociedade.

Lenine sintetizou normas assentes na lógica hierárquica do exército. Respondia assim, à necessidade de eficácia, de superar a ignorância da classe operária, ao imperativo de rapidez de resposta. Tirando proveito da arrumação espacial nas fábricas, aí construiu a CÉLULA e por aí acima, cimentou uma cadeia de controleiros, que traziam as diretivas e levavam as preocupações. Esta orgânica foi-se enquistando, reduzindo a capacidade crítica e adormecendo as organizações.

Formalmente reconhecesse hoje que o centralismo democrático se transformou em burocracia, mas parece que não é preciso perceber, as causas.

Creio que esse é um dos caminhos para descobrir novas fórmulas de organizar o ativismo.

A realidade social na Europa, não corresponde mais ao tempo da industrialização do século XX. Dispersão espacial, diversidade de funções profissionais, instrução e informação alargadas a muita gente; obrigam a um processo organizativo novo!

O Bloco de Esquerda foi esse impulso, mas não construiu as capacidades suficientes.

Os organismos vivos têm uma série de funções vitais, levadas a cabo por órgãos diferenciados. O cérebro do BE tem de ser a mesa nacional, com um lóbulo de gestão quotidiana, que se chama comissão política, mas que já teve um nome mais apropriado – comissão permanente. Essa a hierarquia certa, penso eu.

Entre este cérebro e a massa pensante e trabalhadora, espalhada pelo território, deveríamos engendrar uma rede capaz de aumentar a energia desse corpo uno. Valorizando-se mutuamente, num sistema de vasos comunicantes em que conhecimento e informação se reforçassem onde mais necessário fôr a cada momento.

A primeira premissa é de que a Democracia Participada custa dinheiro mas também custa tempo. De onde, os tempos de decisão organizada, têm de respeitar ambas as condicionantes – nunca decidir políticas nacionais sem dar tempo de passarem pelo crivo dos diversos organismos, aí ganhando contributos diversos e enriquecendo a decisão final.

Para que os organismos ganhem vida é preciso que tenham utilidade e que não sejam esvaziados por decisões tomadas num corpo estranho e opaco de funcionários, ou ainda pior, em apêndices infetados, de tendências e faróis anacrónicos!

PROBLEMA – como se interligam os organismos?

Obrigatório; minuta de todas as reuniões, contendo presenças, ordem de trabalhos, propostas apresentadas, votações e outras decisões.

Estas minutas devem ser enviadas a todas e todos os aderentes envolvidos no respetivo âmbito.

Imprescindível leitura de seis em seis meses, em reunião, para balanço do que foi cumprido e porque não se cumpriu o que ficou por concretizar.

PROBLEMA – para que servem os funcionários?

APENAS para funções de agilização das decisões, que não possam ser garantidas pelos responsáveis, com emprego.

# Acabar com o faz que faz e não mexe

HELENA CARMO

NUNCA devem integrar os secretariados (onde os houver) nem as coordenadoras. Devem participar nas reuniões dos organismos que apoiam, mas sem direito de voto. Este cuidado que parece excessivo, decorre do que considero necessário: acabar com a sequência, funcionário precisa mostrar trabalho e vai centralizando progressivamente demasiadas tarefas em si próprio, numa “pescadinha de rabo na boca” em que tudo passa por ali, desresponsabilizando o ativismo e simultaneamente retirando-lhe a capacidade de decisão.

Considero que no mundo dos assessores, está em tempo de o BE acabar com falsos especialistas e passar a ensaiar uma NOVA fórmula em que se contratizem com verdadeiros especialistas, uma avença ou algo do género, para cada uma das matérias em que é necessário conhecimento específico.

Exemplo: como avalio um orçamento, talvez contactar um gabinete de contabilidade de alguém próximo do BE e recorrer a eles sempre que é necessário deslindar os truques escondidos. Não sei se o exemplo é bom, até porque temos economistas que pela certa farão este trabalho de assessoria gratuitamente, com todo o gosto, mas a ideia é esta, em cada área.

Para os corpos de funcionários as tarefas de secretariar, para que não sejam “pau para toda a colher” nem os “manda chuva de todo o terrado”.

PROBLEMA – o que é a responsabilização individual e como enquadrá-la no funcionamento de cada coletivo?

Todas as decisões devem ter inerente a explicitação, de quem as concretiza, tendo que ser sempre tomadas em reuniões, presenciais ou não, mas sempre com a maioria consultada.

PROBLEMA – para que servem os grupos de trabalho?

Seja qual for o seu âmbito, não devem tomar decisões, apenas estudar matérias e fazer propostas de soluções.

PROBLEMA – qual a interação da organização, no seu todo; e qual a autonomia do grupo parlamentar e dos eleitos locais?

Devem sempre dar conhecimento do que têm para decidir e incentivar pedidos de opinião, no interior da organização e no mundo dos e das simpatizantes.

Estão obrigados a cumprir o compromisso com que foram eleitos, mas tem de se lhes reconhecer toda a autonomia no seu voto, que é individual.

PROBLEMA – como inter-agir com os movimentos sociais e o mundo sindical?

Considero que este é o gigantesco problema, que se o BE conseguir resolver, ganha o governo. (seja lá isso o que for)

Tenho algumas ideias, muito genéricas, que por isso não expressei aqui, sabendo como sei, que este “é outro campeonato...”

Bibliografia consultada e que aconselho vivamente a leitura frequente:

BLOCO, ANO ZERO

DEBATES II convenção – 19 e 20 de Maio de 2001

# Nem chefes, nem generais

HELENA CARMO

Observações críticas sobre o documento organizativo aprovado na reunião da mesa nacional de 30 de novembro de 2013

Depois de ler este texto poderia escrever apenas que a mesa nacional do BE foi infetada por um vírus de centralite agudíssima.

Sei de experiência feita ao longo de mais de 10 anos, que as estruturas e os dirigentes do Bloco não são muito permeáveis à crítica frontal e rude.

Mesmo assim neste definhado quase moribundo de um projeto que tinha tudo para resultar, só não teve foi o cuidado de aprender com o passado!

Escrevo ainda, divulgando as minhas opiniões, porque a realidade social OBRIGA a que não desista.

Parece-me notável que numa proposta para resolver problemas não se diga porque falharam todas as propostas aprovadas em quatro ou cinco convenções!

Enfim, reflexão e modéstia não são atributos bloquistas. Empurrar com a barriga é mais a arte.

Este é um “guião” e de guiões já estamos conversados, parece que nunca saí romance que possa inspirar...

É-me difícil escrever com objetividade face a um texto onde se resolvem todos os males centralizando mais e mais e mais.

A informação não circula, circulam os chefes.

As coordenadoras não têm iniciativa: manda-se um controlador;

os controladores não têm capacidade: arranja-se um fórum para tomar conta; e se a coisa mesmo assim não resultar: inventa-se um secretariadozinho;

a comissão política não tem dado conta do recado: ilumina-se um grupinho para “pensar a coisa”.

Não precisamos de caixeiros viajantes, antes de uma rede em que a informação circule rápida.

“Não venhas, informa” seria o lema desta reorganização, ou melhor desta revitalização.

Bastam minutas das decisões.

Para além do mais, ou seja do retrocesso ideológico que esta proposta significa, tem evidentes custos financeiros, que parece não existem, ou se existem, deveriam ser canalizados para verdadeiro trabalho no terreno.

Organizar fóruns com a população; editar materiais; promover seminários formativos temáticos.

Não centralizar, não centralizar, não centralizar. Toda a confiança aos ativistas!

Nem chefes, nem generais, já temos... a mais!

14 de Dezembro de 2013